



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 15 | Nº. 29 | Jun./Dez. de 2023

“MAS QUE BOBAGEM, AS FONTES NÃO FALAM”: apresentação do dossiê História, Memória e Narrativas Orais.

A canção “*As rosas não falam*” é uma das obras antológicas de Angenor de Oliveira, nome do compositor e sambista conhecido como Cartola. Desde quando ela foi apresentada pela primeira vez, no ano de 1974, em um programa de rádio, foi considerada uma obra-prima da música popular brasileira, sendo logo gravada pelo próprio autor e por inúmeros(as) intérpretes (ALBIN, 2024).

Sobre as inspirações para compor esta música, há uma narrativa bastante difundida, embora sem uma referência bem definida, que indica um episódio doméstico como motivador para essa canção. Após plantar mudas de rosas no quintal de casa, Eusébia Silva de Oliveira, a Dona Zica, também sambista e companheira de Cartola, teria se surpreendido por elas terem brotado rapidamente: “Cartola, venha ver o jardim! Por que é que nasceu tanta rosa?”. Ao responder à companheira, Cartola teria ficado intrigado com a sua própria frase de resposta, compondo logo em seguida a famosa canção: “Não sei, Zica. As rosas não falam!”.

A despeito da questão das referências sobre tal narrativa, torna-se importante destacar dois aspectos aqui na apresentação do dossiê intitulado *História, Memória e Narrativas Orais*, edição do volume 15, número 29 da *Revista Historiar*: primeiramente o quanto essa narrativa sobre a inspiração da música se disseminou em textos que tratam sobre esta composição, bem como sobre a própria profundidade da poesia de sua letra, que inclusive permite reflexões sobre o uso de memórias e narrativas orais na pesquisa histórica, constantes no presente dossiê.

A oralidade se constitui como elemento fundamental nas relações sociais, principalmente, na constituição de grupos específicos, que demandam a elaboração de memórias, identidades coletivas e formas de repetição dessas narrativas de modo a fortalecer o “seu mundo”. No campo das ciências humanas, a Antropologia foi pioneira em se debruçar sobre a oralidade, estabelecendo uma área de atuação própria: a etnografia. Vale ressaltar que “o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria” (URIARTE, 2012).

A História, enquanto área do conhecimento das ciências humanas, demorou bastante a considerar a relevância da oralidade para a pesquisa histórica, algo que só começou a se consolidar em meados do século XX, estabelecendo a história oral como uma “alternativa de estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de depoimentos gravados em aparelhos eletrônicos e transformados em textos escritos” (MEIHY, 1996, p. 18). Por conseguinte, na perspectiva da História em seu diálogo interdisciplinar acerca das oralidades, os projetos de história oral são baseados na produção de “entrevistas, que se transformarão em *documentos*, os quais, por sua vez, serão incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas”, consistindo assim em uma metodologia bidirecional: ao passo que se alimenta das fontes históricas já existentes, também elaboram novas fontes históricas a partir das entrevistas realizadas e transformadas em documentos (ALBERTI, 2004, p. 81).

Desse modo, é de suma importância enfatizar que as narrativas derivadas da oralidade são compreendidas no âmbito das ciências humanas enquanto objeto de análise, demandando teoria e metodologia criteriosas.

O historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise histórica; que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente, e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados e substituídos pelas fitas de gravação (sonoras e visuais) (LOZANO, 2006, p. 17).

Tais aspectos estão bastante evidenciados nos textos que compõem este dossiê. Ao todo, são cinco artigos sobre a temática, em grande medida derivados da chamada do número anterior desta revista, intitulado *História Oral*, sob a organização de Telma Bessa Sales, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), a quem agradeço o convite para organizar o número subsequente, este com o objetivo de congregar pesquisas que utilizem fontes orais e dialoguem com os conceitos de memória, narrativas, representações, oralidades e afins.

O primeiro artigo, de caráter mais teórico-metodológico, escrito por Thiago Medeiros Fernandes, é fruto de discussões ocorridas em uma disciplina cursada por ele no Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE-UECE). Sob o título *Diálogos entre metodologia oral na pesquisa: ensino de história, cultura africana e afro-brasileira*, o texto aborda sobre a aplicação da Lei nº 10.639/2003 na Educação Básica e seus desafios, refletindo mais densamente sobre a relevância da metodologia de história oral e do conceito de memória para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

O artigo seguinte, intitulado *Duvido isso o documento contar: práticas cotidianas na via permanente (1976-1996)*, de Jaciara Azevedo Rodrigues, reúne e analisa narrativas orais de trabalhadores ferroviários da cidade de Reriutaba que atuavam na manutenção e conservação da estrada de ferro, buscando refletir sobre o cotidiano desse tipo de trabalho e as experiências de vida desses personagens.

Em seguida, o artigo *A Colônia do Carpina: a dinâmica espacial e o corpo leproso na narrativa de um interno da década de 1970*, de Jose Jhonys Ferreira, apresenta uma análise sobre as transformações espaciais ocorridas em um hospital para hansenianos a partir das narrativas orais de um paciente entrevistado pelo autor, particularmente a partir do emprego das sulfonas, um importante medicamento no combate à doença, exatamente no contexto em que a política de isolamento compulsório hospitalar passava a receber maiores questionamentos.

Sob o título *A arte teatral nos palcos da cidade de Russas-CE: a OFICARTE em cena (1990-2010)*, o artigo de Yasmin Ferreira Maia apresenta a trajetória de um coletivo teatral atuante no interior cearense. A autora analisa a historicidade desse grupo a partir das memórias dos seus integrantes, bem como suas relações com coletivos anteriores que atuavam na cidade. Em seu estudo foi possível discutir aspectos para além da fala dos entrevistados, tais como a gesticulação, em seus momentos de maior e menor

intensidade, bem como as expressões faciais de euforia e descontentamento, problematizando sobremaneira a análise de narrativas orais.

Por fim, o artigo *Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Alcântaras/CE: a memória de alcantarenses, em torno da antiga Igreja, após sua demolição*, escrito em coautoria por Ana Rita Menezes da Silva e Edilberto Florêncio dos Santos, aborda sobre o surgimento desse templo religioso e sua relação com a cidade, discutindo exatamente a emergência de memórias em torno desse patrimônio histórico centenário frente ao seu processo de demolição, consumado no ano de 2009, por meio de entrevistas realizadas com moradores que conviveram no entorno da igreja desde a infância.

Além dos cinco artigos que integram o citado dossiê, essa Edição da Revista Historiar também conta com quatro textos que compõem a sessão Tema Livre. O primeiro artigo desta sessão intitula-se: *“Residente nesta capital, ora na casa de um, ora na casa de outro”: condições de moradia das trabalhadoras domésticas em fortaleza no início do século XX*, de Juliana Magalhães Linhares, que aborda a perspectiva do trabalho doméstico em um período que a cidade de Fortaleza passava por um processo de modernização e remodelamento urbano. Nesse sentido, através de “relatos de jornais da época, códigos de posturas e imagens da cidade”, a autora problematiza os contrastes existentes entre o projeto de embelezamento da capital do Ceará e as precárias condições de moradia e trabalho das trabalhadoras domésticas que chegavam à Fortaleza em busca de melhores condições de vida.

O segundo artigo, escrito por Tamires Mascarenhas Pecoraro, traz como título: *O MDB na ditadura militar: sua formação e (re)estruturação até a vitória eleitoral de 1974*, em que a autora recupera o processo de constituição da sigla Movimento Democrático Brasileiro como um partido de oposição no contexto do bipartidarismo implantado pela ditadura militar no Brasil, sendo constituído basicamente por “políticos vindos das fileiras do PTB, seguidos pelos partidários do PSD”. Na sequência do artigo, a autora segue problematizando as transformações ocorridas no interior do partido, o que ocasionou sua (re)estruturação partidária a partir da atuação de um grupo de jovens políticos, considerados “autênticos”, que apresentavam um discurso mais radical e um novo jeito de fazer oposição à ditadura, atraindo maior adesão popular e conseguindo uma expressiva votação para o MDB nas eleições de 1974.

O terceiro artigo dessa sessão é *Escravidão e Patrimônio Histórico do Ceará: um estudo sobre a “Casa dos Escravos” de Guaraciaba do Norte – CE*, de Pedro Victor Rodrigues Linhares, em que “através da análise de relatos de moradores, documentos

históricos e análise bibliográfica”, o autor investigou o papel desempenhado pela Casa dos Escravos no contexto da escravidão, como na atualidade, atentando para a importância desse equipamento cultural para a promoção de uma educação patrimonial como forma de preservação e reflexão sobre a história local e regional.

Fechando a sessão de Tema Livre, o quarto artigo intitula-se *História local: usos e potencialidades pedagógicas*, das autoras Maria de Fátima Morais Pinho e Maria Lucélia de Andrade, sendo fruto das discussões desenvolvidas na disciplina de “História local: usos e potencialidades pedagógicas” do Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Regional do Cariri – URCA. Nesse artigo, temáticas como Ensino de História, Educação Patrimonial, História Local e Metodologias Ativas se interligam ao passo em que as autoras apresentam o percurso e os desdobramentos de uma aula de campo realizada na cidade de Juazeiro do Norte como um recurso didático-metodológico que aproxima as dimensões do ensino e da pesquisa, como também, possibilita trabalhar com os estudantes o conhecimento sobre a história local e regional, bem como, os conceitos de criticidade, memória, identidade e pertencimento. A referida aula de campo teve como percurso o “roteiro de fé” realizado por romeiras/os que anualmente visitam Juazeiro do Norte.

Ao organizar e apresentar este dossiê, diante dessas instigantes discussões dos artigos, aquela cena indicada como inspiração para a famosa canção de Cartola acabou sendo ressignificada e adaptada à pesquisa histórica, principalmente na analogia entre um quintal repleto de flores e uma investigação científica “florida” de dados para análise.

Por vezes, diante de uma floreada quantidade e variedade de fontes históricas, é comum que historiadores e historiadoras parafraseiem a Dona Zica: “Venha ver! Por que é que surgiu tanta fonte?”. Ao passo que a resposta do compositor também pode ser parafraseada: “Não sei. As fontes não falam!”. Talvez em relação a documentos escritos essa afirmativa seja mais compreensível. Entretanto, também se faz necessário desdobrar esta reflexão acerca das oralidades.

Em última análise, as fontes orais, assim como os demais documentos históricos, “não falam”, muito embora o seu registro seja realizado a partir da fala de depoentes. As memórias e narrativas resultantes das oralidades não são analisadas somente em seu aspecto “positivo”, no sentido daquilo que efetivamente verbalizam e registram em áudio e/ou vídeo. Os interditos, os dribles, as pausas, os esquecimentos, os silenciamentos, os gestos, as tensões e entonações nas falas e, sobretudo, suas articulações e confrontações com outras fontes históricas também se constituem como elementos

essenciais nas pesquisas sobre história oral. Afinal, as questões centrais de cada estudo e as perguntas feitas por cada pesquisador e pesquisadora às fontes analisadas são mais decisivas, do que as fontes em si.

Portanto, a título de reflexão para encerrar a apresentação deste dossiê, convém resgatar um dos trechos da canção de Cartola, substituindo algumas palavras propositadamente:

Queixo-me às **fontes**
Mas que bobagem
As **fontes** não falam
Simplesmente as **fontes** exalam
Os questionamentos que roubam de ti, ai... (OLIVEIRA, 2024)

Felipe Ribeiro¹

Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Parnaíba.

Referências:

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. ed.3.
- ALBIN, Cravo. **Cartola** [verbete]. Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em <<https://dicionariompb.com.br/artista/cartola/>>. Acesso em 26 Fev 2024.
- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006. ed.8. p. 15-26.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. ed.3.
- OLIVEIRA, Angenor de [Cartola]. **As rosas não falam** [canção]. 1974. Disponível em <<https://www.letras.mus.br/cartola/44898/>>. Acesso em 27 Fev 2024.
- URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. In: Ponto Urbe [Online], 2012. n. 11. p. 01-13.

¹ Felipe Augusto dos Santos Ribeiro é Professor Adjunto de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – Campus Parnaíba, onde atua no Curso de Licenciatura em História e no Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil na Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integra o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP) e o Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT). ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1258-6550>. E-mail: feliperibeiro@phb.uespi.br